

Desafios nos processos seletivos de assistência estudantil nos Institutos Federais: estado da arte

Challenges in student assistance selection processes at the Federal Institutes: state of the art

Cíntia Dutra Cirne¹

Karina Hernandez Neves²

RESUMO: O estudo analisou a produção acadêmica sobre assistência estudantil nos Institutos Federais, com foco nas dificuldades relacionadas aos processos seletivos destinados a concessão de benefícios a estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Foi realizado levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando-se combinações dos descritores: “Instituto Federal Fluminense”, “Educação Profissional e Tecnológica” e “assistência estudantil”. Aplicaram-se critérios de seleção baseados na proximidade temática com o objeto de estudo e na atualidade das produções. Os resultados apontam que a restrição orçamentária e o aumento da demanda têm levado ao endurecimento dos critérios de seleção, priorizando os mais vulneráveis entre os vulneráveis. Ademais, identificaram-se dificuldades de acesso à informação e burocracia excessiva nos editais de assistência estudantil, insuficiência de profissionais e fragilidades no acompanhamento dos beneficiários.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência estudantil; Educação Profissional e Tecnológica; Processos seletivos.

ABSTRACT: The study analyzed academic production on student assistance at the Federal Institutes, focusing on the difficulties related to selection processes aimed at granting benefits to socioeconomically vulnerable students. A bibliographic survey was conducted in the CAPES Journal Portal (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel), using combinations of the descriptors: “Fluminense Federal Institute”, “Professional and Technological Education” and “student assistance”. Selection criteria were applied based on thematic proximity to the object of study and the timeliness of the publications. The results indicate that budget constraints and increased demand have led to stricter selection criteria, prioritizing the most vulnerable among the vulnerable. Furthermore, difficulties in accessing

¹Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) – *Campus* Macaé. Rodovia Amaral Peixoto, km 164, Imboassica, Macaé – RJ, CEP: 27.932-050 Tel: (22) 33991500. E-mail: cdcirne@hotmail.com.

²Doutora em Ciências Sociais. Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) – *Campus* Macaé. Rodovia Amaral Peixoto, km 164, Imboassica, Macaé – RJ, CEP: 27.932-050. Tel: (22) 33991500. E-mail: karina.neves@iff.edu.br.

information, excessive bureaucracy in student assistance calls for applications, insufficient staffing, and weaknesses in monitoring beneficiaries were identified.

KEYWORDS: Student assistance; Professional and Technological Education; Selection processes.

1 INTRODUÇÃO

A assistência estudantil é reconhecida como uma das principais políticas públicas voltadas à democratização do ensino, com foco na equidade e na justiça social. Encontra fundamento legal na Constituição Federal (CF) de 1988, que prevê a oferta de programas suplementares destinados a assegurar condições básicas aos estudantes, além de definir a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola como um dos princípios a serem observados pelo ensino, garantias estas que também foram reproduzidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

Instituído inicialmente como Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio do Decreto nº 7.234/2010, foi posteriormente elevado à condição de Política Nacional de Assistência Estudantil com a publicação da Lei nº 14.914/2024. Sua finalidade consiste em ampliar e garantir as condições de permanência e êxito dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal. Essa legislação reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a garantia de condições mínimas para que os estudantes, especialmente os socioeconomicamente vulneráveis, tenham acesso e consigam se manter nas instituições de ensino.

Entretanto, embora a referida política seja essencial para a democratização do acesso e da permanência dos estudantes nas escolas, a literatura recente sobre assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia revela que ela enfrenta limites estruturais, orçamentários e operacionais que comprometem sua efetividade, sobretudo nos processos seletivos para concessão de benefícios. Estes processos, frequentemente marcados por elevada demanda, escassez de recursos e critérios cada vez mais restritivos, acabam produzindo uma focalização extrema, o que vai na contramão do próprio objetivo da política.

Diante disso, o presente artigo de revisão bibliográfica tem como objetivo identificar e analisar estudos recentes sobre a assistência estudantil nos Institutos Federais, a fim de mapear os principais problemas enfrentados, especialmente nos processos de seleção para concessão de benefícios a estudantes socioeconomicamente vulneráveis.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, buscou-se delinear o estado da arte das pesquisas sobre o tema. Assim, para a elaboração deste artigo, foram realizadas buscas no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme detalhado abaixo:

a) em 29/09/2025 a busca foi realizada utilizando-se as palavras-chave “Instituto Federal Fluminense”/ “assistência estudantil” e o operador booleano “AND”, sendo encontrados apenas quatro trabalhos. Destes, foram selecionados dois, os quais analisaram, respectivamente, o orçamento destinado à assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos alunos que participaram dos processos seletivos realizados pela área. Os outros dois não foram selecionados, o primeiro porque foi realizado em 2015, data anterior ao Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), que mudou consideravelmente o cenário de bolsas e auxílios estudantis na instituição. E o outro por tratar especificamente de bolsa voltada a pesquisa acadêmica para a permanência no ensino superior, que apesar de envolver estudantes vulneráveis, não se caracteriza como um benefício de assistência básica, que é o foco deste estudo.

b) em 14/10/2025 a busca foi realizada utilizando-se as palavras-chave “Educação Profissional e Tecnológica”/ “assistência estudantil” e o operador booleano “AND”, encontrando-se um total de vinte e sete trabalhos. A fim de trazer as publicações mais atuais, optou-se pelo filtro “Ano de criação”, priorizando-se os trabalhos produzidos entre 2023 e 2025, por serem mais atuais. Com este filtro foram identificados doze trabalhos, dos quais nove foram selecionados e três descartados. O primeiro porque foi encontrado somente no formato de resumo e os demais por abordarem, respectivamente, políticas afirmativas e a contribuição dos profissionais da Psicologia e da Enfermagem na assistência estudantil, distanciando-se do objeto de estudo desta pesquisa.

Após as referidas buscas e a leitura atenta dos artigos, foi elaborado o resumo de cada um deles e, posteriormente, as informações foram sistematizadas em uma planilha. Nessa planilha, foram identificados os principais argumentos, resultados e citações de cada artigo, bem como a relação entre eles. A partir disso, realizou-se uma análise crítica dos trabalhos, a fim de subsidiar a análise dos principais achados da literatura sobre o tema.

3 DESENVOLVIMENTO

O estudo de Fellipe e Silva (2018) demonstra que embora o PNAES tenha representado um avanço relevante para a educação ao reconhecer a assistência estudantil como política pública estruturante da educação federal e garantir recursos específicos para essa área, sua implementação, por si só, não assegura o atendimento adequado das necessidades dos estudantes. O estudo mostra que os recursos ainda são poucos e, muitas vezes, usados para ações que não atendem prioritariamente os estudantes em maior vulnerabilidade. No caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), especialmente no *Campus* Campos Centro, observou-se que, mesmo após a reformulação da respectiva política de assistência estudantil, em 2015, que criou um novo programa institucional e promoveu mudanças nos critérios de seleção e acompanhamento dos estudantes atendidos, houve redução progressiva da participação das bolsas com caráter socioeconômico no total de benefícios ofertados, quando comparadas com as bolsas acadêmicas. Segundo os autores, isso indica que os parâmetros de renda e origem escolar, definidos como prioritários pelo PNAES, perderam espaço na distribuição dos recursos.

Dessa forma, observa-se a necessidade de utilizar critérios cada vez mais focalizados no processo de seleção, o que obriga o Serviço Social a estabelecer requisitos cada vez mais restritivos, aumentando, assim, as desigualdades no acesso aos benefícios.

Para os autores:

No grupo de benefícios com critérios socioeconômicos, o problema envolve a manutenção da necessidade de se criar critérios cada vez mais focalizados de seleção, fazendo com que o Serviço Social tenha de identificar os pobres entre os pobres (Fellipe; Silva, 2018, p.107).

A análise de Felipe (2018) aprofunda essa discussão e dialoga diretamente com as críticas formuladas por Fellipe e Silva (2018), reforçando a ideia de que a limitação orçamentária compromete a capacidade do PNAES e tem obrigado a adoção de critérios cada vez mais excludentes para atendimento dos estudantes que precisam. Ao traçar o perfil socioeconômico dos discentes demandantes e atendidos pela assistência estudantil no IFF *Campus* Campos Centro, o autor identifica não apenas o agravamento das condições socioeconômicas das famílias, mas também um processo de “focalização da focalização”, no qual os auxílios se voltam, prioritariamente, aos estudantes em situações de extrema pobreza. Inicialmente, o autor chama atenção para o crescimento no número de inscrições entre os anos de 2015 e 2016. Em seguida, faz uma análise do perfil dos estudantes inscritos nos referidos processos seletivos, observando-se o crescimento de inscritos com origem escolar fora da escola pública.

Além disso, observou-se um aumento do número de inscritos autodeclarados brancos, em comparação aos autodeclarados negros ou pardos — grupo predominante no recebimento de benefícios assistenciais. Segundo o autor, esse dado, associado à expansão das inscrições e à alteração na origem escolar, reforça uma tendência de queda na renda das famílias que antes não demandavam serviços de assistência estudantil.

Notou-se, também, que a escolaridade dos principais responsáveis financeiros dos estudantes apresentou mudança relevante, tendo mais do que dobrado o percentual de responsáveis com nível superior, com leve aumento para os com nível médio e redução dos que têm nível fundamental ou são analfabetos. Para o autor, esse cenário reforça o agravamento da situação socioeconômica dos estudantes, já que famílias que anteriormente não participavam do processo seletivo para concessão dos benefícios passam a disputar esse acesso.

A partir do referido estudo observa-se que a ampliação do perfil de famílias com maior escolaridade concorrendo aos benefícios pode intensificar a disputa e, indiretamente, desestimular estudantes em situação de maior vulnerabilidade em participar dos editais de assistência estudantil, sobretudo aqueles que enfrentam mais dificuldades para compreender e cumprir todas as etapas do edital.

Cabe ressaltar, ainda, que, apesar da elevação da escolaridade média dos responsáveis, o estudo observou que boa parte deles possuía apenas o ensino fundamental ou era analfabeta. Esse é um fato relevante, já que pode indicar dificuldade de leitura e interpretação, bem como acesso restrito às tecnologias digitais e baixo domínio dessas ferramentas, causando dificuldade de acesso aos editais de assistência estudantil.

Diante desse cenário, o autor aponta a necessidade de aperfeiçoamento dos processos de seleção, acompanhamento e avaliação das ações de assistência estudantil, haja vista que a demanda pelos serviços financiados pelo PNAES tem crescido e as listas de espera para receber os benefícios são cada vez mais extensas.

No que tange a possíveis dificuldades no acesso e no domínio de tecnologias digitais, destaca-se o estudo de Oliveira, Oliveira e Cova (2023). Os autores argumentam que as desigualdades tecnológicas fazem parte de contradições mais amplas do modelo capitalista e que é necessário garantir igualdade de acesso digital para todos.

O estudo analisou como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) organizou suas ações de assistência estudantil para enfrentar as desigualdades digitais agravadas pela pandemia de Covid-19, com destaque para a criação do Auxílio Conectividade em Caráter Emergencial. O auxílio teve como objetivo garantir o

acesso de estudantes e servidores às atividades remotas, priorizando estudantes com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo. O autor concluiu que, embora muitos estudantes e servidores enfrentassem dificuldades com o ensino remoto, os auxílios e equipamentos distribuídos pelo IFRJ, no caso, chips de dados e tablets, ajudaram a reduzir a desigualdade digital. Por fim, a pesquisa destaca que futuras análises devem considerar a relação entre pandemia, desigualdade digital e o próprio sistema socioeconômico.

Com isso, observa-se que as desigualdades tecnológicas precisam ser consideradas, inclusive para a melhoria dos processos seletivos de benefícios estudantis.

No que concerne ao orçamento da assistência estudantil, estudos recentes, como os de Ferreira e Souza (2023), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); de Côco, Costa e Silva (2023), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) e de Almeida, Araújo e Araújo (2025) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), corroboram os de Felipe (2018) e Felipe e Silva (2018) ao também evidenciarem insuficiência de recursos para atender as demandas existentes.

No IFPA, constatou-se que houve desenvolvimento e aperfeiçoamento dos regulamentos e dos tipos de auxílios para os estudantes; contudo, os recursos financeiros destinados à assistência não cresceram na mesma proporção que o número de alunos em situação de vulnerabilidade social. Consequentemente, foi necessária a priorização dos estudantes em condições mais extremas de vulnerabilidade, havendo uma “focalização dentro da focalização”, prática esta que acaba se afastando do propósito inicial do PNAES, que é garantir a permanência de todos os estudantes que necessitam de apoio.

No IFES, apesar de verificado que a assistência estudantil contribui para inclusão e permanência dos estudantes, também foi identificada a limitação de recursos diante do aumento da demanda, o que levou a ajustes nos auxílios e no perfil dos atendidos. Além disso, conforme também apontado no estudo de Felipe (2018), observou-se que a renda *per capita* do público atendido vem decrescendo cada vez mais. Com isso, ressalta a necessidade da adoção de procedimentos dinâmicos de gestão, defende a ampliação dos recursos e a reafirmação da assistência estudantil como direito social.

No IFPB, ao analisar os efeitos dos cortes orçamentários na Política de Assistência Estudantil após a Emenda Constitucional 95/2016, constatou-se a redução gradativa do orçamento, em contrapartida ao aumento do número de alunos, o que impediu que muitos fossem atendidos por bolsa.

Já no que concerne aos impactos da assistência estudantil para a permanência dos estudantes, Damasceno (2023) destacou o papel relevante do Programa de Assistência Estudantil na trajetória dos estudantes cotistas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). A autora ressaltou, ainda, que o programa, por si só, não garante o sucesso acadêmico, já que fatores psicológicos, pessoais, físicos e institucionais também influenciam essa trajetória.

Os dados mostraram, também, que, ao contrário do receio inicial de parte da comunidade acadêmica, os estudantes cotistas não tiveram desempenho inferior aos não cotistas e que em alguns casos, inclusive, superaram os alunos da ampla concorrência. Quando comparada a permanência entre cotistas que receberam ou não benefícios da assistência estudantil, verificou-se que os resultados variaram bastante, devido às oscilações nos recursos do programa, que dependem tanto do orçamento federal quanto da forma como cada instituto distribui os valores entre seus *campi*.

A autora conclui que o Programa de Assistência Estudantil e o Programa de Ação Afirmativa são fundamentais para promover a inclusão de estudantes de baixa renda, embora enfrentem incertezas quanto ao seu futuro em função do cenário político. Por fim, defende a necessidade de ampliar recursos, aprimorar procedimentos internos e incentivar novas pesquisas que fortaleçam essas políticas.

O estudo de Amorim *et al.* (2023) dialoga com o anterior ao expor os fatores que motivaram a evasão escolar dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e reforçar a relevância dos benefícios da assistência estudantil para a permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Verificou-se que, entre os evadidos, a maioria era composta por mulheres, pardas ou pretas, entre 15 e 25 anos, e com renda de até dois salários mínimos. Constatou-se que os fatores que motivaram esse fenômeno foram: desemprego e necessidade de trabalhar, incompatibilidade de horários entre escola e trabalho, motivos pessoais e/ou financeiros, dificuldades no acompanhamento das aulas em tempos de pandemia e adoecimento dos familiares. O estudo identificou que a questão financeira é muito importante para a permanência do estudante, visto que alguns precisaram trancar ou desistir do curso para trabalhar e ajudar na renda em casa, principalmente porque o curso em questão possuía carga horária integral. Diante disso, observa-se que questões socioeconômicas e a ausência de apoio dificultam a permanência na escola, reforçando a importância dos benefícios assistenciais ofertados aos estudantes.

O estudo de Souza e Silva (2023) confirma as dificuldades identificadas por Amorim *et al.* (2023) como causas da evasão dos alunos, além de apontar a relevância da assistência

estudantil para a inclusão dos estudantes, como fez Damasceno (2023). Os autores analisaram a política de permanência e êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e mostraram que sua implementação enfrentou fortes limitações. A principal causa externa da evasão identificada foi a dificuldade dos estudantes da classe trabalhadora em conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares. Assim como já evidenciado em outros estudos, os autores reconhecem a assistência estudantil como essencial para reduzir as desigualdades, mas ressaltam que seus recursos são insuficientes.

Barbosa e Lobão (2023) apresentaram um panorama das políticas de assistência estudantil de âmbito nacional e local do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), identificando a existência de desafios na implementação dos auxílios. Eles reforçam o que Fellipe (2018) já havia apontado, qual seja, que apenas a garantia formal dos benefícios não assegura o êxito dos estudantes. Ressaltam que é essencial acompanhar, monitorar e avaliar a política de assistência estudantil, dados os obstáculos como limitações orçamentárias, de infraestrutura e de pessoal que os institutos federais enfrentam.

Já Oliveira, Ferreira e Rezende (2024) ao analisarem a contribuição da Política de Assistência Estudantil (PAE) no acesso, permanência e êxito dos estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) do IFES, deram ênfase a um ponto importante pouco abordado nos estudos anteriormente citados: a necessidade de melhoria da divulgação da PAE e da comunicação dos respectivos processos seletivos.

A pesquisa evidenciou que o conhecimento dos estudantes sobre a PAE é limitado e que eles tendem a conhecer apenas os benefícios mais ofertados recentemente, como alimentação, transporte e monitoria, ressaltando a necessidade de ampliar a divulgação interna e externa do referido programa

Além disso, verificou-se que aproximadamente metade dos estudantes participantes da pesquisa conheceu a PAE antes de entrar na instituição e reconheceram que a possibilidade de receber um benefício contribuiu para a decisão de ingressar. A outra metade só tomou conhecimento após a matrícula e avaliou que teria sido mais motivada caso tivesse esse conhecimento previamente. No total, a grande maioria dos participantes reconheceu a PAE como fator importante para o acesso ao instituto, o que, de acordo com os autores, é um indicativo de que, se melhor divulgada, a política pode atrair estudantes em maior situação de vulnerabilidade.

O processo seletivo do qual os estudantes participaram para concorrer aos auxílios da PAE também foi avaliado. Como ponto positivo destacado pelos alunos foi citada a

simplicidade das etapas. Já por parte dos servidores, foram destacadas a divulgação rotineira de editais, a disponibilidade da equipe responsável para sanar eventuais dúvidas dos discentes, o conhecimento da equipe sobre as especificidades dos estudantes do Proeja e o atendimento diferenciado a este público durante a inscrição. Entre os pontos negativos, apenas uma estudante citou o excesso de documentos exigidos. Já os servidores destacaram limitação orçamentária (primeiro fator mais citado), dificuldades estruturais, como problemas de acesso à informação (segundo fator mais citado) e à internet, comprovantes documentais e divulgação.

Segundo os autores:

[...] constatou-se que os/as estudantes possuem dificuldades para acessar as informações divulgadas pela instituição por não poderem vivenciar o ambiente acadêmico como os outros/as discentes por diversos motivos: como a conciliação das atividades laborais (dentro e fora do lar) com as acadêmicas; o cuidado com a família; dificuldade de acesso à internet; como também de aquisição e manuseio dos aparatos tecnológicos e a dificuldade de compreensão de informações divulgadas pelo Campus (Oliveira; Ferreira; Rezende, 2024, p.12).

Observou-se que muitos estudantes têm dificuldades para acessar as informações institucionais por motivos como trabalho, responsabilidades familiares, falta de internet, pouca familiaridade com tecnologias e dificuldade de compreensão das informações divulgadas pela instituição. Coordenadores e servidores reforçaram que a comunicação institucional ainda falha por assumir que todos conseguem acessar conteúdos da mesma forma, ignorando desigualdades educacionais e sociais que afetam especialmente o público da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e do Proeja. Também foi apontada a necessidade de uma linguagem mais acessível nos editais, bem como de estratégias de comunicação que considerem as condições reais dos estudantes, visto que nem todos têm a mesma facilidade de acesso às informações.

No mais, assim como em vários estudos citados anteriormente, também foram identificadas limitações orçamentárias, mas, apesar disso, a assistência estudantil é percebida como essencial para reduzir reprovações, evasão e para incentivar maior dedicação aos estudos. Diante disso, estudantes e servidores apontaram a necessidade de aprimoramentos, como ampliação e reajuste dos auxílios, fortalecimento das equipes, simplificação dos processos, melhoria da comunicação institucional e criação de ações específicas voltadas às necessidades do público do EJA e do Proeja.

Dessa forma, além dos problemas mais comuns identificados em estudos sobre a PNAES, esse destacou a necessidade de melhorar a comunicação interna quanto aos processos seletivos da assistência estudantil, diversificando-se os meios de divulgação dos editais e

utilizando-se de linguagem simples, clara e objetiva. Ademais, a necessidade de apoio aos estudantes para realizarem suas inscrições, diante da dificuldade de acesso à internet, da pouca familiaridade com tecnologia e da dificuldade de compreensão das informações divulgadas, também foi um ponto de melhoria levantado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos mostra que a assistência estudantil nos institutos federais é um direito importante para garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes na educação pública. No entanto, os trabalhos analisados indicam que essa política enfrenta dificuldades recorrentes, especialmente relacionadas à limitação de recursos financeiros, ao aumento da demanda e ao conseqüente enrijecimento dos critérios nos processos seletivos.

A priorização de estudantes em situações mais graves de vulnerabilidade, embora compreensível diante das restrições orçamentárias, tem se distanciado dos objetivos originais da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), gerando exclusões entre os próprios estudantes e sobrecarregando as equipes responsáveis pela seleção e pelo acompanhamento dos beneficiários. Além disso, problemas como dificuldade de acesso às informações, excesso de burocracia nos editais, número reduzido de profissionais e fragilidade no acompanhamento dos estudantes têm comprometido a efetividade da referida política.

Essas limitações tornam-se ainda mais relevantes quando se considera a concepção de formação integrada defendida por Ciavatta e Ramos (2011), que compreendem a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica como expressão de uma formação humana ampla, articulada nas dimensões do trabalho, da ciência e da cultura. Esta concepção pressupõe uma formação politécnica e omnilateral, voltada à compreensão crítica das relações sociais de produção e à atuação consciente no mundo do trabalho e na sociedade. Nessa perspectiva, a integração curricular não se restringe à junção de conteúdos, mas implica a construção de condições objetivas que assegurem aos estudantes não apenas a permanência na escola, mas também a apropriação de uma formação integral.

Para Ciavatta (2005), a formação integrada possui caráter humanizador, na medida em que busca superar a fragmentação imposta pela divisão social do trabalho e garantir ao estudante uma formação completa para a leitura do mundo e para o exercício da cidadania. Tal formação exige maior tempo de permanência na instituição escolar, o que, para estudantes oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis, só se torna viável mediante o acesso a

benefícios assistenciais que assegurem condições materiais mínimas, como alimentação, transporte e renda.

Nesse sentido, a assistência estudantil assume papel central na viabilização da formação integral proposta pelos institutos federais, ao possibilitar que os estudantes concluam seus estudos e visualizem perspectivas de futuro profissional. Assim, conclui-se que o fortalecimento da assistência estudantil não depende apenas do aumento de recursos, mas também da melhoria dos processos seletivos, da simplificação dos procedimentos, do uso de estratégias de comunicação mais acessíveis e da articulação com ações pedagógicas e institucionais mais amplas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Moreira de; ARAÚJO, Márcia Danyelle Evangelista Freire de; ARAÚJO, Rhoberta Santana de. A Emenda Constitucional nº. 95/2016 e seus efeitos sobre a assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba Campus João Pessoa. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, [S. l.], v. 14, p. 1-16, 2024. DOI: 10.22491/2236-5907130248. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/130248/>. Acesso em: 25 set. 2025.

AMORIM, Angela Valéria de; SANTOS, José Alex Alves dos; BASTOS, Danielle Mota; BATISTA, Joana D'Arc Lyra; CAVALCANTI, Pauline Cristine da Silva; ARAÚJO, Patrícia Maria de Oliveira Andrade de; VASCONCELOS, Rosa Maria de Oliveira Teixeira de. Evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio no curso técnico em enfermagem: fatores e reflexões. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. e14095, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.14095. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14095>. Acesso em: 25 set. 2025.

BARBOSA, Lorena Rodrigues; LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza. Assistência estudantil no Instituto Federal do Acre: um olhar a partir dos documentos institucionais. **Revista Interação**, Goiânia, v. 48, n. 1, p. 259-274, 2023. DOI: 10.5216/ia.v48i1.74778. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74778>. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.914-de-3-de-julho-de-2024-569928638>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2005. DOI: 10.22409/tn.3i3.p6122. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 24 set. 2025.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos Da Escola**, [S. l.], v. 5, n.8, p. 27-41, 2012. DOI: 10.22420/rde.v5i8.45. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45>. Acesso em: 24 set. 2025.

CÔCO, Everaldo; COSTA, Frederico Lustosa da; SILVA, Giuliano Alves Borges e. Implementação das políticas públicas de assistência estudantil no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES): desafios e possibilidades. **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 5, p. e1641, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n5-132. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1641>. Acesso em: 25 set. 2025.

CUNHA, Maria Soares. A garantia do direito à permanência aos estudantes do IF Baiano: contribuições do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) entre os anos de 2011 e 2019. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 118-120, 2023. DOI: 10.35699/2238-037X.2023.44606. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/44606>. Acesso em: 25 set. 2025.

DAMASCENO, Kely Meiry. Programa de assistência estudantil e sua contribuição para programa de ação afirmativa. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. e12430, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.12430. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12430>. Acesso em: 25 set. 2025.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. Perfil socioeconômico dos estudantes demandantes e atendidos pela assistência estudantil no Instituto Federal Fluminense Campos-Centro. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 852–866, 2018. DOI: 10.14244/198271992341. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2341>. Acesso em: 14 out. 2025.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales; SILVA, Renata Maldonado da. Orçamento da assistência estudantil: análise a partir da experiência do Instituto Federal Fluminense campus campos-centro. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 11, n. 25, p. 97–110, 2018. DOI: 10.20952/revtee.v11i25.6755. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/6755>. Acesso em: 14 out. 2025.

FERREIRA, Marlene Cristina Afonso; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará no período de 2012 a 2021. **Revista Exitus**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. e023050, 2023. DOI: 10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2338. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2338>. Acesso em: 25 set. 2025.

OLIVEIRA, Alessandro Zardini de; FERREIRA, Maria José de Resende; REZENDE, Aldo. A política de assistência estudantil e a inclusão dos estudantes do Proeja. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 30, p. e50497, 2024. DOI: 10.26512/lc30202450497. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/50497>. Acesso em: 25 set. 2025.

OLIVEIRA, Rogério Teixeira de; OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de; COVA, Maria Cristina Rodrigues. Programa de assistência estudantil durante a pandemia de Covid-19: um estudo de caso no IFRJ. **Revista Foco**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. e1128, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n2-181. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1128>. Acesso em: 25 set. 2025.

SOUZA, Franciani Maria de; SILVA, Adriano Larentes da. Os desafios da política de permanência e êxito no IFSC – Câmpus Florianópolis Continente. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 1–21, 2023. DOI: 10.14393/REPOD-v13n1a2024-67738. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/67738>. Acesso em: 25 set. 2025.